



*Conselho Indígena de Roraima
Rainforest Foundation US*



*Forest Peoples Programme
Indigenous Peoples Law & Policy Program,
the University of Arizona*

Boletim de Imprensa -

RAPOSA SERRA DO SOL : Comitê das Nações Unidas pede explicação ao Brasil sobre alegações de violência e ódio racial crescente contra povos indígenas

Boa Vista, 10 de outubro de 2006 -- No enfrentamento do segundo turno das eleições no final deste mês, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva terá de responder não somente às acusações de corrupção, mas também ao questionamento da comunidade internacional sobre o tratamento dispensado aos povos indígenas, e sobre o cumprimento das obrigações internacionais de direitos humanos durante o seu governo.

O Comitê sobre a Eliminação de Discriminação Racial (CERD) das Nações Unidas recebeu recentemente denúncias que os povos Ingaricó, Macuxi, Patamona, Taurepang e Wapichana da Raposa Serra do Sol “estão sendo expostos a ataques violentos contra suas pessoas, propriedades e instituições, e que existe uma prática estabelecida de crescente discriminação racial, ódio e violência direcionados contra eles.” Através dos seus procedimentos de ação urgente, o CERD mandou uma carta ao governo brasileiro solicitando que responda às alegações prontamente, e que detalhe as medidas que estão sendo tomadas para proteger os povos indígenas da referida área, inclusive quantos daqueles responsáveis por “atos de violência [foram] processados e punidos.” O CERD também pediu ao governo informações sobre a efetiva implementação do decreto assinado pelo Presidente Lula no dia 15 de abril de 2005, que homologou a Raposa Serra do Sol e demanda a retirada de não-índios até o dia 15 de abril de 2006.

“O CERD utilizou os seus procedimentos de ação urgente para pedir ao Brasil que envie um relatório antes do planejado, pois o Brasil só devia mandar informações ao Comitê da ONU em janeiro de 2008,” disse Joênia Batista Carvalho, Coordenadora do Departamento Jurídico do Conselho Indígena de Roraima (CIR). “Isto demonstra a preocupação séria que o Comitê tem com os povos indígenas de Roraima, e que o Brasil parece estar violando suas obrigações internacionais.”

Na sua carta ao governo, o CERD anotou que estava particularmente preocupado com a informação de que o Centro Indígena de Formação e Cultura (antiga escola de Surumu) tinha sido incendiado, aldeias e mantimentos destruídos, famílias indígenas desabrigadas, pontes queimadas e danificadas, e as pessoas ameaçadas, espancadas, seqüestradas e vítimas de disparo

de armas provocados por ocupantes não-índios. O CERD também anotou que “de acordo com a informação recebida, os atos de ódio e a violência contra indígenas tem sido apoiados por alguns oficiais do governo e do poder judiciário.”

“A resposta do Presidente Lula às graves ameaças que as comunidades indígenas de Roraima enfrentam definirá a responsabilidade da sua administração em relação à proteção dos povos indígenas e suas terras,” disse Marinaldo Trajano, Coordenador Geral do CIR. “Será necessária uma ação imediata para salvar as vidas e terras do nosso povo, e isto influenciará o apoio indígena ao Lula no segundo turno.”

No ano passado, milhares de indígenas brasileiros e seus aliados celebraram a assinatura do decreto de homologação da TI Raposa Serra do Sol pelo Presidente Lula. A homologação do decreto foi resultado de décadas de pressão por comunidades indígenas, que culminou num pedido feito pelas lideranças indígenas da RSS, através do Conselho Indígena de Roraima e da Rainforest Foundation-US, perante a Comissão InterAmericana de Direitos Humanos. A atual falha do governo brasileiro em implementar o seu próprio decreto (particularmente referente à retirada e indenização de não-índios) impede os povos indígenas de usufruírem exclusivamente o seu direito à terra, territórios e recursos naturais, e tem causado incertezas jurídicas além de um clima de tensão e insegurança na área. A lentidão do governo pode parcialmente explicada pela resistência de muitos invasores não-indígenas, sobretudo arroteiros, que encontram apoio em políticos locais, interesses econômicos, e até mesmo por decisões judiciais.

Em junho de 2006, o CIR – com o apoio da Rainforest Foundation US, Forest Peoples Programme e o Indigenous Peoples Law and Policy Program da Universidade de Arizona – informou o CERD sobre a situação de violência e de violações de direitos humanos que se agravava na RSS, e pediu ao Comitê uma análise urgente da situação. O Comitê decidirá quais os próximos passos a tomar durante a sua próxima reunião, no início de 2007.

CERD é um órgão da ONU composto por peritos independentes, que monitora o cumprimento dos estados partes da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.

Para uma cópia da carta do CERD ao governo brasileiro e da comunicação original ao CERD, veja:
http://www.forestpeoples.org/documents/s_c_america/bases/brazil.shtml ou www.cir.org.br

Para maiores informações:

Joênia Batista Carvalho, Coordenadora do Departamento Jurídico do Conselho Indígena de Roraima, Tel: + 55 95 3624 2421; email: cirjuri@terra.com.br OU

Christine Halvorson, Program Director, Rainforest Foundation US
Tel: 001 212 431 9098; email: christineh@rffny.org